



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

Emprega cessibilidade

PAINEL DA APLICAÇÃO DAS LEIS PROTETIVAS DAS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA A GARANTIA DE
ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO



EMPREGACESSIBILIDADE

PAINEL DA APLICAÇÃO DAS LEIS PROTETIVAS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA A
GARANTIA DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO

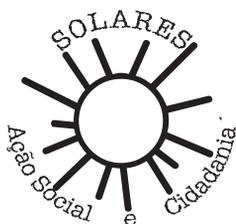




UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

Emprega cessibilidade

**PAINEL DA APLICAÇÃO DAS LEIS PROTETIVAS DAS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA A GARANTIA DE
ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO**



Equipe

Eduardo Bernardo M. Valadares

Dayanne da Silva Prudencio

Marina Dias de Faria

Marcella Quitéria Gomes Da Costa

Aline Bezerra Soares

Elesbão de Oliveira Mattos

Catálogo

PREFÁCIO

A bordando um tema sensível, supera-se na atualidade o viés assistencialista, porém excludente, possibilitar indivíduos com deficiência a inclusão efetiva. Protagonistas do próprio destino, e não apenas participantes ou beneficiários de políticas sociais, há que se estabelecer a emergência das ações voltadas ao mercado de trabalho como ferramentas de inclusão para qualquer cidadão.

Como objeto principal, a contratação de pessoas com deficiência requer a análise potencial de profissionalismo, dedicação e assiduidade; características essas presentes a qualquer empregado. O acesso é a principal questão a ser considerada.

Ao mesmo tempo, e não por acaso, a obra se apresenta como um marco para a análise nas páginas que seguem, assertivamente, relacionadas aos aspectos constitutivos de uma sociedade que não deve se orgulhar em produzir constantes desigualdades.

No entanto, por outro lado, as experiências também nos oferecem um instigante e esperançoso painel, composto por diferentes formas para mudar essa perversa realidade. São distintas e simultâneas formas que se somam em um mesmo



processo de desconstrução da realidade posta, observadas as iniciativas e análises reunidas num trabalho em que se questionam expedientes, propondo uma nova e potente sociedade verdadeiramente inclusiva.

Ao mesmo tempo, inseridas nesse cenário histórico, as interlocuções, também, compõem um amplo mosaico composto por múltiplas formas de expressão de resultados de muitas lutas, e algumas conquistas. Sendo assim, o cenário também evidencia controvérsias e novos desafios.

De fato, muitos passos ainda precisam e devem ser dados para efetivar direitos já

conquistados, bem como para ampliá-los, e fazer face às diferentes formas de constrangimentos identificados nas experiências relatadas, de forma recorrente.

Nos diferentes capítulos da presente publicação evidenciam-se necessidades urgentes, como por exemplo, sobre os diferentes aspectos de situações vivenciadas por pessoas com deficiência no acesso ao mundo do trabalho, em espaços educativos, ou em outros espaços da vida cotidiana.

Completam parte desta obra, importantes contribuições para desnaturalizar opressões e fortalecer o enfrentamento às situações costumeiras, físicas e simbólicas.

Ao mesmo tempo, trazer a público os resultados de um trabalho de pesquisa, também é uma forma de reafirmar o compromisso da Instituição pública brasileira com a construção de uma sociedade comprometida com o bem-estar de todos indiscriminadamente.

O presente trabalho buscou, portanto, conhecer os desafios e potenciais formas de superação no ambiente de trabalho da pessoa com deficiência, reconhecer os direitos da pessoa com deficiência e sua conseqüente inserção efetiva no mercado de trabalho.

Ao cumprir o papel de divulgação dos resultados alcançados, a publicação traz um novo e importante olhar na perspectiva do esforço da pessoa com deficiência e seus permanentes desafios, a superação das barreiras e o enfrentamento de suas realidades.

O espaço se abre a cada dia, com a potência de um novo tempo que surge inovador, respeitados os limites de cada um dentro de uma sociedade que precisa se mostrar acolhedora e capaz de se reconstruir e mudar para melhor.

Boa leitura a todos!

Benedito Adeodato
Vice-Reitor

SUMARIO

I. PROCESSOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO EM AMBIENTE DIGITAL: CONTRIBUIÇÕES ÀS AÇÕES DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Introdução	10
Procedimentos Metodológicos	12
Competência em informação: do que estamos falando?	14
Bibliotecas e programas de COINFO	20
Considerações Finais	24
Referências	26

II. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO ENTRE OS ANOS DE 2010-2021

Introdução	30
Metodologia	32
Panorama da evolução da produção científica sobre PcD no Brasil (ANPAD)	36
Panorama da evolução da produção científica sobre PcD no Brasil (Revistas)	39
Caracterização dos artigos sobre PcD e Empregabilidade veiculados pela ANPAD	41
A análise da produção a partir das ramificações presentes no tema	46
Produtividade de autores e instituições com relação à pesquisa de PcD	49
Considerações Finais	51
Referências	53

III. ACESSIBILIDADE DIGITAL DOS PORTAIS DAS PREFEITURAS E CÂMARAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: MAPEAMENTO EXPLORATÓRIO

Introdução	57
Metodologia	59
Etapas da Pesquisa	59
Materiais da Pesquisa	61

SUMARIO

Instrumentos de coleta de dados	61
Acessibilidade Digital	64
Resultados da Pesquisa	66
Câmaras Municipais	66
Da inclusão da pessoa com deficiência no trabalho das Câmaras Municipais	70
Prefeituras Municipais	75
Considerações Finais	82
Referências	83

APÊNDICES

W3c e suas contribuições para a acessibilidade digital	86
Carta aos municípios do estado do rio de janeiro comunicando sobre a pesquisa	98
Legislação sobre pcd	99
Glossário inclusivo	100
Questionário de levantamento inicial de dados	110
Manual de uso do aplicativo (app)	112
Websites de recrutamento e emprego	113
Curriculum	115

PROCESSOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO EM AMBIENTE DIGITAL: CONTRIBUIÇÕES ÀS AÇÕES DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO



PRUDENCIO, Dayanne da Silva

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil (2019) e Professora Adjunta do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

MATTOS, Elesbão de Oliveira

Mestrando em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Bacharel em Biblioteconomia pela mesma universidade.

Introdução

A internet e seus processos infocomunicacionais estão em todos os setores e atividades produtivas de nossa sociedade. Especificamente, nos últimos 10 anos o setor de recrutamento e seleção participou de grandes transformações, tendo suas atividades transformadas pela possibilidade e lógica das redes sociais e digitais (FERREIRA; PILATTI; SCANDELARI, 2006).

Para Riche (2011 apud COSTA, 2018. p.37) a internet atua como um canal de ligação entre as empresas e os candidatos. Os portais possibilitam a divulgação de ofertas de emprego, a aplicação das candidaturas e que os candidatos conheçam melhor a organização. De imediato, tais premissas sugerem um contexto de facilitação e democratização. Contudo, a pesquisa em tela apoiada nos estudos de (Costa, 2018) e outros sugerem algumas reflexões sobre tal processo, principalmente, sob a ênfase da empregabilidade da pessoa com deficiência - PCD.

Para esta população, o cenário digital apresenta as facilidades de diminuição de deslocamento, por outro lado, demanda competências, que em algum nível são informacionais. Vamos nos explicar.

Para a população PCD ser partícipe do processo de recrutamento e seleção online, precisa dispor de conectividade à internet, conhecimentos e habilidades relacionadas à edição digital de currículos, busca, recuperação, aplicação de formulários digitais, envio de e-mails entre outros aspectos. Portanto, processos de literacia digital são demandados.

Na produção científica nacional em Ciência da Informação tais processos são articulados com o que se chama de Competência em Informação (COINFO).

Zattar (2018) apresenta que a competência em informação é um modo ou manifestação da prática informacional, haja vista que os projetos de competência em informação não formam pessoas competentes em informação, pois promovem uma prática e não um status. Nessa perspectiva, a COINFO pode contribuir com aspectos informacionais, atitudinais e comportamentais para os processos de inserção no mercado de trabalho das PCDs.

No bojo destas reflexões a questão que nos propomos a abordar é a que se segue: Como a COINFO pode influenciar a promoção, acesso e permanência da PCD no mercado de trabalho no contexto brasileiro?

Como objetivos geral e específicos da pesquisa estabelecemos:

- Discutir as diferentes manifestações de programas de COINFO em bibliotecas;
- Apresentar iniciativas nacionais e internacionais que evidenciam a biblioteca como espaço de aprendizagem para a população PCD.

Tendo apresentado as perspectivas norteadoras, a questão de pesquisa e os objetivos, apresentamos nossos procedimentos metodológicos.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa é exploratória-descritiva quanto ao seu objetivo-fim e utiliza-se de pesquisa bibliográfica para desenvolvimento de seu arcabouço teórico. Desenvolve-se a partir de análise dos dados e demonstração dos resultados com abordagem qualitativa.

A abordagem exploratória justifica-se haja vista que ainda há pouco conhecimento acumulado e sistematizado na produção científica brasileira da área de Ciência da Informação envolvendo os programas de COINFO e da população PCD.

O material utilizado na investigação foi do tipo bibliográfico, sendo obtido através de pesquisa nas seguintes fontes de informação: BRAPCI e SciELO. As fontes bibliográficas consultadas são, respectivamente, das seguintes áreas de domínio: Ciência da Informação e Interdisciplinar. Portanto, correlacionadas à investigação proposta.

Como critérios de inclusão, foram adotados estudos em português e inglês, publicados em periódicos indexados nas bases citadas. Como critérios de exclusão, foram utilizados: idiomas diferentes dos já mencionados; indexados em bases distintas das anunciadas; materiais que não fossem artigos revisados pelos pares; e estudos que não tratassem especificamente de atividades relacionadas ao escopo de pesquisa (programas de COINFO, população PCD e mercado de trabalho).

Lüdke e Andre descrevem que a abordagem qualitativa possui algumas características, a saber:

pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;

os dados coletados são predominantemente descritivos; a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;

o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador;

a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

(LUDKE; ANDRE, 1986, p. 38).

Neste sentido, nossa opção se justifica pelo fato de que a abordagem qualitativa foi adequada para compreender o objeto de estudo proposto nesta investigação, ou seja, compreender como a COINFO pode contribuir para a promoção, acesso e permanência do PCD no mercado de trabalho no contexto brasileiro.

Competência em informação: do que estamos falando?

Segundo a American Library Association (1998, tradução nossa) a competência em informação pode ser compreendida como um “conjunto de habilidades do indivíduo que são indispensáveis para que o mesmo reconheça quando uma informação é necessária e ter habilidades para localizá-la, avaliá-la e usá-la de forma eficaz”.

De acordo com Vitorino et al. (2017, p. 2271) é no processo de aprendizado que a COINFO se manifesta. Para as autoras, “abrange a ideia de aprender a aprender o desenvolvimento do conjunto de habilidades, conhecimentos, valores, comportamentos e atitudes que permite às pessoas alcançar o status quo de competente em informação”.

Para Beluzzo (2018), o movimento relacionado a COINFO teve origem na década de 70 a partir do relatório *The Information Service Environment: Relationships and Priorities*, de Paul Zurkowski (1974) apresentado à Comissão Nacional de Biblioteconomia e Ciência da Informação americana. O relatório tinha como intenção a criação de um programa que fizesse com que as pessoas desenvolvessem habilidades na utilização dos recursos de informação disponíveis na época e, também, dos que poderiam vir a ser desenvolvidos com os avanços tecnológicos.

Beluzzo (2018, p. 34), apresenta que no século XXI, onde quase todas as atividades sociais e profissionais desenvolvem-se a partir da mediação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) a COINFO adquire ainda mais importância.

[...] todo cidadão ativo e consciente do século XXI será aquele que não se limita a absorver a imensa quantidade de informação que chega até ele, mas reflete e produz pensamento crítico sobre a informação exposta em qualquer momento da sua vida.

Portanto, atividades e programas de COINFO não se limitam ao desenvolvimento de habilidades para localizar e acessar a informação, mas também articulam um uso ético e crítico.

Na visão de Dudziak (2008, p. 50), “inserida no processo de emancipação humana, a competência informacional é diferencial de desenvolvimento socioeconômico e fator de promoção da inclusão social”. Portanto, articula diferentes dimensões.

Sobre este aspecto, Vitorino e Piantola (2011), às práticas da COINFO podem ser categorizadas sob diferentes dimensões, a saber: técnica, estética, ética e política. Em comum, tais dimensões orientam-se pela ideia do aprender a aprender.

A dimensão técnica está vinculada à ideia de o indivíduo ser capaz de acessar e dominar com sucesso as novas tecnologias para encontrar, avaliar e utilizar a informação de modo apropriado. Há, portanto, um enfoque nas habilidades e nos instrumentos a serem utilizados na busca da informação (VITORINO; PIANTOLA, 2011).

Já a dimensão estética está relacionada à recepção e transmissão da informação respaldada pela experiência interior, única do sujeito que irá ser refletida na maneira de expressar e agir no meio coletivo. (VITORINO; PIANTOLA, 2011).

A questão sobre o uso responsável da informação é pertinente à dimensão ética. Tópicos como postura crítica, propriedade intelectual, acesso à informação e direitos autorais estão em pauta na referida dimensão. (VITORINO; PIANTOLA, 2011).

Por último e não menos importante está a dimensão política. Essa dimensão está voltada ao exercício da cidadania e na capacidade de enxergar além da superfície do discurso. Nesta perspectiva evoca-se a crítica à informação disponível, localizada e utilizada. Reconhecendo que há forças políticas, sociais e econômicas que influenciam a própria ideia do que é uma informação.

A partir das dimensões postuladas por Vitorino e Piantola (2011) verifica-se uma articulação entre o adequado acesso e uso da informação e o ideal de uma sociedade mais ética, justa e equitativa.

Em trabalho mais recente, Vitorino (2018, p. 83) afirma que:

O pilar mais consistente da competência em informação, no nosso entender, concretiza-se na educação para a informação, pois pessoas que se desenvolvem e que passam de dada condição de vulnerabilidade social, alcançam um patamar elevado na sociedade – se “inserir” efetivamente nesta - pois poderão usufruir da cidadania e contribuir de maneira efetiva para uma vida mais feliz.

Há, portanto, uma relação indissociável entre acesso à informação, educação e transformação social.

É sob esta ênfase, que a realidade brasileira se descortina e à luz dos dados do último Censo de 2010, apresentam a fragilidade na aplicação de políticas públicas de Educação e efetiva salvaguarda do direito ao acesso à informação, a comunicação e ao conhecimento, tal como previsto em nossa Constituição.

Especificamente quando tratamos da Pessoa com Deficiência (PCD) a realidade é ainda mais complexa e tomamos a liberdade de nomear como cruel. Embora a acessibilidade das pessoas com deficiência à informação, comunicação e ao conhecimento seja um direito humano fundamental, reconhecido internacionalmente e no plano do ordenamento jurídico brasileiro, e, ainda, reafirmado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), o que se verifica na prática, é que essa população, estimada em cerca de 17,3 milhões de pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda luta por direito de escolarização, para quiçá gozar de acesso à informação.

A partir dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, Janone e Almeida (2021) apresentam que quase 68% da população com deficiência não tem instrução ou possui o ensino fundamental incompleto, índice de 30,9% para as pessoas sem nenhuma das deficiências investigadas.

Portanto, essa população vive um estado de vulnerabilidade informacional o que dificulta, entre outros fatores, em sua inclusão e permanência no mercado de trabalho.

Segundo Garcia et al (2017) a vulnerabilidade pode ser entendida como uma situação em que as habilidades, características e recursos de determinado grupo social são insuficientes ou dificultam a tarefa de lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade para que este mesmo grupo possa ascender socialmente falando, ou possa minimizar as chances de redução das condições de vida. De

geral a vulnerabilidade é “a qualidade ou o estado daquilo que é ou encontra-se vulnerável, ou algo suscetível ou que está exposto a algum tipo de dano” (GARCIA; ET AL, 2017, p. 109).

Dito isto, pode-se entender que a vulnerabilidade informacional ocorre quando o acesso à informação é dificultado ou reduzido bem como quando o indivíduo não foi capacitado para lidar com essa informação. No contexto das pessoas com deficiência no que se refere ao acesso à informação, Barbosa e Almeida (2020, p. 2) afirmam que este acesso

assegurado às pessoas com deficiência assume função própria no contexto do modelo social de deficiência, visto que se torna elemento essencial para que se eliminem as barreiras sociais que impedem o exercício da autonomia individual, comprometendo o processo de inclusão social.

Entende-se que a vulnerabilidade informacional da PCD se aprofunda no contexto atual, onde há um intenso fluxo de dados, informações e processos de trabalho apoiados em infraestruturas digitais. Entretanto tais infraestruturas não estão adaptadas aos mais diferentes tipos de deficiência, tal como visual, sonora, física entre outras. Portanto, carecem de acessibilidade.

De acordo com Torres et al (2002) a acessibilidade é um conceito que envolve os aspectos relacionados ao espaço físico e, também, ao espaço digital, e podendo ser definido como a condição para utilização com autonomia dos espaços, equipamentos, edificações e transportes e dos meios de comunicação pela pessoa portadora de deficiência. Entende-se que a vulnerabilidade informacional das PCDs, dentro deste cenário, está relacionada à falta de acessibilidade digital.

A acessibilidade digital, por sua vez, consiste em possibilitar que o usuário acesse de forma autônoma toda a informação que para ele estiver disponível sem que as suas características corporais influenciem neste processo. Essa acessibilidade pode ser obtida com a múltipla apresentação da informação, combinada com o uso de tecnologias que maximizem as habilidades dos usuários que possuam limitações associadas às suas deficiências (TORRES, 2002).

Podemos tomar como exemplo, o caso da população com deficiência visual, que apenas no Brasil, segundo o último Censo do IBGE, realizado em 2010, é de 6,5 milhões de pessoas. Segundo Kavanagh e Skold (2009) apenas 5% a 7% das publicações do mercado editorial dos países desenvolvidos é disponibilizado em

formato adaptado. Brazier (2011 apud MALHEIROS; CUNHA, 2018) afirma que, no Reino Unido, a população de cegos ou pessoas com alguma deficiência visual, é de 1,8 milhões e apenas 5% dos livros são em formatos acessíveis, como em áudio, de forma ampliada ou em braile.

Para Malheiros e Cunha (2017) a pouca disponibilização de materiais adaptados já era um problema com as publicações em meio impresso e ficou ainda mais grave com o meio digital e a velocidade da propagação da informação, tudo isso, aliado a todas as etapas que são necessárias para adaptação dos materiais, têm tornado este processo ainda mais lento e dispendioso.

Dentre as barreiras que as pessoas com deficiência encontram para acessar os sites e o conteúdo disponível na internet, podemos citar: as imagens, gráficos ou tabelas que não possuem descrição adequada, conteúdo audiovisual que não possuem descrição textual ou sonora, páginas que possuem fontes que não podem ser aumentadas ou reduzidas facilmente e documentos que estão padronizados fora do padrão WEB, o que dificulta a interpretação através dos leitores de tela. (ENAP, 2020). Uma outra barreira que pode ser citada é o uso do CAPTCHA como modo de segurança para acessar determinados sites, que limita os usuários com deficiência visual a conseguir o acesso.

Vale ressaltar que a diminuição e eliminação destas barreiras citadas, dentre outras, está prevista na Lei nº 13.146 de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Além da eliminação destas barreiras, também está previsto nesta lei, especificamente no artigo 63, que os sites de empresas com representação comercial ou sede no Brasil ou de órgãos do governo, são obrigados a ser acessíveis para o uso de pessoas com deficiência de acordo com todas as medidas adotadas internacionalmente.

Ter conhecimento das leis e dos direitos instituídos por elas, para assim conseguir exigir o cumprimento delas, também é uma forma de exercer a cidadania e faz com que os indivíduos se sintam incluídos na sociedade. Por outro lado, não ter este conhecimento, é reflexo da vulnerabilidade informacional que dificulta o processo para que os indivíduos se sintam, de fato, cidadãos, e acabam por torná-los vulneráveis também em outros aspectos.

Portanto, entendemos que essa vulnerabilidade informacional é um dos desafios a ser superado pela sociedade. Neste sentido, advoga-se que a COINFO pode operar como uma aliada fundamental na superação deste desafio, pois segundo Garcia et al (2017, p. 104)

As pessoas competentes em informação dominam estratégias de busca e de uso da informação, bem como possuem postura mais crítica e reflexiva nas e sobre as atividades relacionadas ao uso da informação. [...] A exploração da vulnerabilidade e da informação por meio do viés da competência em informação se dá pelo fato de o movimento da competência em informação representar a relação que as pessoas estabelecem com a informação para o alcance da cidadania, da qualidade de vida e do desenvolvimento social – inclusive para a minimização da condição de vulnerabilidade para aqueles que, de alguma forma, possuem dificuldades para serem cidadãos.

Sendo assim, entende-se que a COINFO é fundamental para a inclusão do indivíduo na sociedade e, também, para a superação de vulnerabilidades, como, por exemplo, a informacional. No caso das PCD's o acesso e permanência destas pessoas ao mercado de trabalho é prejudicado, também em virtude da vulnerabilidade informacional.

Face ao que foi exposto, percebe-se a importância que a COINFO possui, e tal como previsto por Dudziak (2008), as bibliotecas podem cooperar para um ecossistema de políticas públicas e de iniciativas da sociedade civil organizada de modo a contribuir com a mitigação da vulnerabilidade informacional.

Bibliotecas e programas de COINFO

Sob o enfoque dos programas de competência em informação os estudos de comportamento informacional tendem a priorizar o comportamento individual em detrimento das interações presentes em comportamentos coletivos (ROCHA; DUARTE; PAULA, 2016). Desta forma, lançam mão de estratégias de treinamento individual ou grupal, mas pouco se ocupam em verificar as influências da coletividade na manifestação da necessidade informacional do indivíduo e igualmente pouco se dedicam a verificar o alcance da ação deste sujeito na coletividade e no contexto em que está inserido.

Ainda debatendo as práticas anunciadas pela população de estudo, merece destaque a parceria com instituições de ensino e usuários da comunidade para promoção de cursos de qualificação na biblioteca. Sobre esta, entendemos como o resultado e comprometimento destes profissionais com uma educação mais ativa e adequada ao perfil dos PCDs, ou seja, conciliando o uso de tecnologias assistivas da informação e comunicação, disponíveis e capazes de promover uma educação de fato inclusiva.

Em segundo plano orienta-se uma integração de repertório de competências e conhecimentos e reforça uma produção de conhecimentos colaborativa e que reconheça a biblioteca como espaço de aprendizagem e seus profissionais como parceiros. Esse cruzamento de contextos e práticas aperfeiçoa a prática informacional, melhora a visibilidade da biblioteca e ajuda a instituição e seus profissionais a confirmar sua relevância e atualidade em tempos de mudança.

Cumprir informar que exemplos de aplicação da aprendizagem experiencial de COINFO na área da Biblioteconomia e, consequentemente, em bibliotecas orientadas ao público PCD, já são encontradas na literatura nacional, vide Spudeit (2021) entre outros. Portanto, há casos de aproveitamento de iniciativas para promoção de treinamento especializado, utilizando o espaço da biblioteca como ambiente de aprendizagem e ensinando a utilização de softwares de edição de textos, buscas de cursos livres e online, entre outros aspectos.

No âmbito da biblioteca pública, por exemplo, o ensino da pesquisa para além do contexto teórico pode e deve ser colocado em prática. Neste sentido, recomendamos que programas de competência em informação sejam associados às atividades didáticas e de aprendizagem continuada. A pesquisa deve calçar a

preparação para o trabalho e desenvolvimento pessoal e profissional da PCD. Por exemplo, podem ser oferecidas ações de ensino sobre elaboração de currículo, redação profissional, divulgação de portais aglutinadores de recrutamento e seleção, por exemplo: vagas.com; catho.com.br, entre outros.

Outrossim, as bibliotecas podem contribuir com a ampliação da divulgação de iniciativas como o manifesto “Minha Vaga por Direito”. Um programa que desde 2018, proporciona aos profissionais com deficiência o acesso gratuito às vagas da plataforma (MINHA VAGAS, 202-).

Esse programa conta com o apoio da empresa recrutadora Catho e oferece a gratuidade a todos os candidatos ao Plano Profissional da plataforma. Além disso, oferece painéis de conteúdo e oferta de revisão de currículos.

Outra iniciativa de destaque e que pode ser publicizada pelas bibliotecas é o programa Meu Emprego Inclusivo. Um programa do Governo do Estado de São Paulo que tem como objetivo promover a inclusão, permanência e desenvolvimento profissional de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por meio da metodologia do Emprego Apoiado. No âmbito do programa são desenvolvidos cursos de qualificação profissional e empreendedora, análise do perfil profissional, perfil da funcionalidade e laudo médico, encaminhamento para vagas de emprego e apoio às Empresas para contratação de PCD. (SÃO PAULO [Estado], 2021).

Também é possível atuar na divulgação das ações de capacitação que a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência do governo de SP oferece. O órgão estabelece parcerias com o Centro Paula Souza, com o Centro de Tecnologia e Inovação do governo de SP, Sebrae, entre outras instituições e oferece cursos presenciais e remotos sobre diferentes temas. A guisa de exemplo citamos o curso de Empreendedorismo de mulheres com deficiência, Alfabetização Digital, Digitação, Redes Sociais e Tecnologia, Auxiliar Administrativo, Atendimento e Recepção e Operador de Telemarketing, entre outros.

As ações de divulgação e promoção podem ser desenvolvidas na própria biblioteca, sob o formato de rodas de conversa, palestras, bem como, utilizando-se de e-mails marketing, posts em redes sociais e grupos online.

Citamos ainda a divulgação da legislação pertinente ao tema, sobretudo, no que tange à direitos adquiridos sobre acessibilidade, direito da pessoa com deficiência, entre outros. Por exemplo, um clipping legislativo publicizando projetos de lei que garantirão a isenção de IPI na compra de veículos novos para pessoas com deficiência; decreto modificando o instrumento único de avaliação biopsicos-

social da deficiência, entre outros temas. Na figura 01 é possível observar um exemplo de ação neste sentido.

Figura 01 – Exemplo de ações de divulgação legislativa

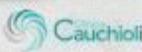


Fonte: Senado Federal (2021).

Outrossim, é fundamental que as ações informacionais colaborem para melhoria de processos infocomunicacionais, por exemplo, rompendo com discursos preconceituosos e correção de expressões que habitualmente utilizamos. Por exemplo, substituir o uso do termo linguagem brasileira de sinais por língua brasileira de sinais; portador de necessidades especiais por pessoa com deficiência; surdo e mudo por surdo; necessidades especiais por necessidades específicas, dentre outros.

Figura 02 – Exemplo de ações de processos infocomunicacionais

Termos sobre deficiência que devem ser <i>abolidos</i>		
✗ Portador de deficiência	✓ Pessoa com deficiência	
✗ Pessoa Normal	✓ Pessoa não-deficiente	
✗ Escola Normal	✓ Escola Regular	
✗ Cego/inho	✓ Deficiente visual	
✗ Aleijado	✓ Pessoa com deficiência	
✗ Risco de ter uma criança com Síndrome de down	✓ Probabilidade de ter uma criança com Síndrome de down	
✗ Vítima da Polio	✓ Paralisia Infantil	
✗ Doente/Retardado Mental	✓ Pessoa com deficiência intelectual	
✗ Doença Genética	✓ Condição Genética	



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Colocadas tais questões, verifica-se que a biblioteca e/ou unidades de informação podem e devem colaborar com ações informacionais que colaborem na divulgação científica, com melhores práticas para busca, acesso, recuperação e uso da informação relevante para a PCD ou de temas de interesse de tal população.

Considerações Finais

As práticas de recrutamento e seleção foram no decorrer de cada época, desenvolvidas por diferentes processos de trabalho e artefatos. Nos últimos 20 anos tais práticas foram sendo influenciadas pelas abordagens teóricas que sustentavam o ofício, pelo desenvolvimento do conhecimento produzido pelos profissionais, pelo contexto político, histórico e social e não menos importante - pelas tecnologias disponíveis.

Atualmente verifica-se a presença de grandes conglomerados de recrutamento e seleção que utilizam a internet como seu principal canal de divulgação de oportunidades e infraestrutura para desenvolvimento de atividades. Cenário ainda mais agravado no contexto pandêmico de Covid-19 entre 2020 e 2022.

Neste sentido, tem se configurado uma relação indissociável entre a presença digital, a literacia digital e o acesso ao mercado de trabalho. Nestas perspectivas, revelam-se nossas preocupações, haja vista a grande exclusão digital que os brasileiros são colocados, contexto ainda mais agravado no cenário da PCD.

De acordo com dados do Censo Escolar desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira em 2019 (TOKARNIA, 2019), entre os elementos que dificultam o gozo do direito à Educação previsto na Constituição Federal do Brasil, podem ser citados que as escolas brasileiras carecem de infraestrutura arquitetônica para acesso aos ambientes educacionais, professores capacitados para o ensino da PCD, falta de rede de internet, laboratórios de informática, entre outros. Para além disso, a desigualdade social cria barreiras para o acesso à energia elétrica e internet e compra de dispositivos móveis e de computadores. Portanto, as barreiras enfrentadas pela PCD para o acesso à educação e internet são significativas.

Enveredando para o objeto desta pesquisa, isto é, o acesso às oportunidades de emprego colocadas em ambiente digital, verificou-se que os canais de recrutamento online, embora contribuam para maior visibilidade das oportunidades, configuram-se como desafios de acesso e utilização por parte da PCD.

A arquitetura dos sites, em sua maioria, é pouco acessível, ou seja, não fazem atendimento aos princípios de acessibilidade, tais como conteúdo do site traduzido em Libras; textos alternativos das imagens, ou seja, não descrevem em palavras o que contém nas figuras; audiodescrição; recurso de contraste visual e fonte ampliada para pessoas com baixa visão, entre outros.

Contudo, ainda que estes princípios estejam sendo atendidos, a PCD ainda tem o desafio do adequado uso, ou seja, sua capacidade de busca, acesso e atuação sobre estes ambientes digitais. Ou seja, não basta somente promover a inclusão digital, igualmente necessária é a competência informacional para que essas pessoas saibam buscar, acessar, validar, usar e quiçá compartilhar a informação. Neste sentido, a pesquisa em tela revelou a importância do desenvolvimento de programas de competência em informação em escolas, bibliotecas, associações profissionais e da sociedade civil.

Fundamental é a compreensão que a adequada capacitação destas pessoas contribui para que ela possa ter sua vulnerabilidade informacional mitigada, seu direito de acesso à educação e ao mercado de trabalho garantidos.

Na mesma linha, os programas de competência em informação permitem que as PCD possam descobrir e usufruir de opções de formação continuada para o mercado de trabalho, tais como cursos online e livres. Portanto, contribuir para a aprendizagem e empregabilidade.

Referências

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Presidential Committee on Information Literacy: Final Report. 1989. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/> HYPERLINK “about:blank”publications HYPERLINK “about:blank”/ HYPERLINK “about:blank”whitepapers HYPERLINK “about:blank”/ HYPERLINK “about:blank”presidential. Acesso em: 5 dez. 2021

BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Vitor. O direito da pessoa com deficiência à informação em tempos da pandemia da Covid-19: uma questão de acessibilidade e inclusão. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, e5452, p. 1-11, dez. 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5452/5114>. Acesso em: 3 dez 2021.

CATHOO. Minha vaga por direito. Disponível em: <https://www.minhavagapordireito.com.br/mutirao>. Acesso em: 20 nov. 2021.

DUDZIAK, E. A. Os faróis da Sociedade da Informação: uma análise crítica da situação da competência em informação no Brasil. Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, v.18, n.2, p. 41-53, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1704/2109>. Acesso em: 29 dez. 2021.

ENAP. Introdução à áudio descrição: módulo 1. Brasília, DF: ENAP, 2021. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5299/1/Mod_1_Introducao%20a%20a%20audiodescricao.pdf. Acesso em: 13 dez. 2021.

FERREIRA, Camila Lopes; PILATTI, Luiz Alberto; SCANDELARI, Luciano. Recrutamento pela internet: uma opção ou uma necessidade? SIMPEP, 13. Bauru, SP, Brasil, 6 a 8 de Novembro de 2006. Anais eletrônico: SIMPED, 2006. Disponível em: http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/715.pdf. Acesso em: 29 dez. 2021.
GARCIA, Thábata Kelli et al. Os temas “vulnerabilidade” e “vulnerabilidade em informação” no buscador google. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 102-122, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/818/654>. Acesso em: 1 dez. 2021.

JANONE, Lucas; ALMEIDA, Pauline da. Brasil tem mais de 17 milhões de pessoas com deficiência, segundo IBGE. CNN Brasil de 26/08/2021. HYPERLINK “about:blank”<https://www.cnnbrasil.com.br/noticias/brasil-tem-mais-de-17-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-segundo-ibge/>. Acesso em: 02 de dez. 2021.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU; 1986. 99 p.

MALHEIROS, T. M.; CUNHA, M. B. As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiência visual. Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação, v. 16, n. 1, p. 146-170, 2018. DOI: 10.20396/ HYPERLINK "about:blank" rdbci HYPERLINK "about:blank". v16i1.8650318 Acesso em: 13 dez. 2021.

KAVANAGH, Rosemary; SKÖLD, Beatrice Christensen. Libraries for the Blind in the Information Age: Guidelines for development. [S. l.]: IFLA, 2005. (IFLA Professional Reports: 86). Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/publications/professional-report/86.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021

MALHEIROS, T. M.; CUNHA, M. B. da. As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiência visual. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 146-170, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650318>. Acesso em: 3 dez. 2021.

ROCHA, J. A. P.; DUARTE, A. B. S.; PAULA, Claudio P. A. Modelos de práticas informacionais. EM QUESTÃO, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 36-61, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/67014/39098>. Acesso em: 22 out. 2021.

TOKARNIA, Mariana. Cresce o número de estudantes com necessidades especiais. Agência Brasil, 31 jan. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-01/cresce-o-numero-de-estudantes-com-necessidades-especiais>.

TORRES, Elisabeth Fátima et al A acessibilidade à informação no espaço digital. Ci. Inf., Brasília, v. 31, n. 3, p. 83-91, set./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/gPYYvnFkpFYfJGmqpVgk8HF/?format=pdf> HYPERLINK "about:blank"& HYPERLINK "about:blank" lang=pt. Acesso em: 30 nov. 2021.

ZATTAR, M. Porque a competência em informação promove prática e não status. Biblio, Rio de Janeiro, ano 8, n. 2, jun. 2018. Disponível em: <http://biblio.info/competencia-em-informacao-promove-pratica/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ZURKOWSKI, P. G. The Information Service Environment Relationships and Priorities: report 5. Washington, D.C., National Commission on Libraries and Information

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU; 1986. 99 p.

MALHEIROS, T. M.; CUNHA, M. B. As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiência visual. Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação, v. 16, n. 1, p. 146-170, 2018. DOI: 10.20396/ HYPERLINK "about:blank" rdbci HYPERLINK "about:blank". v16i1.8650318 Acesso em: 13 dez. 2021.

KAVANAGH, Rosemary; SKÖLD, Beatrice Christensen. Libraries for the Blind in the Information Age: Guidelines for development. [S. l.]: IFLA, 2005. (IFLA Professional Reports: 86). Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/publications/professional-report/86.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021

MALHEIROS, T. M.; CUNHA, M. B. da. As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiência visual. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 146–170, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650318>. Acesso em: 3 dez. 2021.

ROCHA, J. A. P.; DUARTE, A. B. S.; PAULA, Claudio P. A. Modelos de práticas informacionais. EM QUESTÃO, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 36-61, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/67014/39098>. Acesso em: 22 out. 2021.

TOKARNIA, Mariana. Cresce o número de estudantes com necessidades especiais. Agência Brasil, 31 jan. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-01/cresce-o-numero-de-estudantes-com-necessidades-especiais>.

TORRES, Elisabeth Fátima et al A acessibilidade à informação no espaço digital. Ci. Inf., Brasília, v. 31, n. 3, p. 83-91, set./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/gPYYvnFkpFYfJGmqpVgk8HF/?format=pdf> HYPERLINK "about:blank" & HYPERLINK "about:blank" lang=pt. Acesso em: 30 nov. 2021.

ZATTAR, M. Porque a competência em informação promove prática e não status. Biblio, Rio de Janeiro, ano 8, n. 2, jun. 2018. Disponível em: <http://biblio.info/competencia-em-informacao-promove-pratica/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ZURKOWSKI, P. G. The Information Service Environment Relationships and Priorities: report 5. Washington, D.C., National Commission on Libraries and Information Science, Nov 1974. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO ENTRE OS ANOS DE 2010-2021



PRUDENCIO, Dayanne da Silva

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil (2019) e Professora Adjunta do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

MATTOS, Elesbão de Oliveira

Mestrando em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Bacharel em Biblioteconomia pela mesma universidade.

Introdução

O objetivo da investigação foi propor diretrizes de pesquisa para acadêmicos e de ação para gestores de pessoas a partir de um panorama da produção científica sobre pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Para perseguir tal objetivo foi realizada uma análise de base bibliométrica acerca das publicações nos eventos promovidos pela ANPAD entre os anos de 2010 e 2021. Adicionalmente, também foram analisados os artigos publicados no mesmo período em revistas brasileiras classificadas pelo Qualis Capes como A1 e A2.

De início é importante notar que existe um aparente descaso ou desinteresse com respeito à temática das pessoas com deficiência (PcD) no mercado de trabalho. A afirmação da existência de tal desinteresse encontra respaldo em estudos reflexivos sobre nosso campo de conhecimento. À guisa de exemplo, Costa e Ferreira (2006) empreenderam uma análise bibliométrica da produção acadêmica brasileira sobre diversidade e minorias em estudos organizacionais, veiculada em eventos da ANPAD e periódicos em Administração entre 2010 e 2020, encontrando vinte e nove artigos e nove periódicos com foco em PcD, “evidenciando o fraco interesse dos pesquisadores da área administrativa sobre o tema” (op. cit., p. 6). Adicionalmente aponta-se o trabalho de Faria e Carvalho (2010) que, ainda que sem o foco no mercado de trabalho, apontou que a academia em administração não reserva lugar de destaque para as questões com foco em PcD. Estes autores chamam a atenção para o fato de que ainda que existam estudos em Gestão de Pessoas que abordam as PcD como trabalhadoras, tais estudos não apresentam de fato a visão destas PcD.

No parecer de Santos (2008), em Ciências Sociais o campo de estudos sobre a deficiência permanece frágil e pouco explorado no Brasil, a despeito de constituir um campo consolidado internacionalmente. Em Administração, contudo, essa preocupação parece suplantada por outros interesses, não apenas porque nossos acadêmicos talvez ignorem a importância do tema, mas possivelmente por não compreenderem a baixa produtividade sobre PcD como um desequilíbrio injusto, nem tampouco conhecerem o potencial da pesquisa orientada para o tema.

No parecer de Lordsleem et al. (2009, p. 359), os anais dos encontros da ANPAD congregam “a grande maioria da produção acadêmica nacional em Administração”. Moretti e Campanário (2009) e Walter et al. (2010) são outros exemplos de pesquisadores que confiaram em publicações veiculadas em eventos da ANPAD para empreender análises em perspectiva bibliométrica da produção brasileira sobre seus temas de interesse ao longo da década passada. Adicionalmente, o traba-